

FINANCIAMIENTO VERDE

CASO: Fondos Rotatorios para comunidades campesinas

PAÍS: Argentina

CIDADE: Chaco, Corrientes, Misiones, Formosa, Santa Fe y Santiago del Estero



FINANCIAMIENTO VERDE

CONTEXTO

O Chaco Argentino está localizado na região conhecida como o Gran Chaco Latinoamericano. Essa região, de aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados, se estende através das fronteiras de três países latino-americanos: Argentina, Bolívia e Paraguai. De acordo com dados fornecidos pela Rede Agroflorestal da Chaco.

Na Argentina, existem 7.057.500 pessoas vivendo nesta região, entre as quais cerca de 200.000 membros de 15 povos indígenas sobrevivem. Apesar de sua rica biodiversidade dar apoio de longo prazo às comunidades desses povos e merecer sua designação como um dos habitats mais significativos em recursos genéticos e diversidade biológica (de acordo com um estudo do Banco Mundial), essa região registrou por algum tempo um processo marcado e acelerado de deterioração ecológica e desertificação, devido ao impacto de atividades humanas não indígenas, que em ondas sucessivas fizeram uso do ambiente sem controle ou gestão racional.

Somado a isso, essas populações têm baixo acesso a recursos econômicos que lhes permitem sustentar seu próprio modelo produtivo baseado em seus valores culturais, dentre os quais o respeito à natureza e ao meio ambiente em que vivem.

É nesse quadro que a questão do financiamento solidário adquire relevância e várias modalidades financeiras estão sendo desenvolvidas a partir do local, respondendo de forma inovadora ao racionamento financeiro ou à incorporação ao sistema em condições claramente desfavoráveis. Desse ponto de vista, se analisa a aplicação de um esquema de financiamento solidário composto de Fundos Rotativos autogeridos por organizações camponesas, que operam com diferentes lógicas econômicas de participação e organização em várias províncias do norte da Argentina (Formosa, Chaco, Corrientes, Santiago do Estero, Santa Fé). O principal objetivo desses Fundos é satisfazer as necessidades básicas dessas comunidades por meio de uma rede de microcrédito, que permite a mobilização de recursos entre as populações da região onde são aplicadas há mais de uma década.

DESCRIÇÃO

A região do Chaco vem de um processo acelerado de deterioração ecológica e aumento da desertificação, primeiro devido à chegada de capital estrangeiro ao país, ligada às grandes agroindústrias de monocultura (cana-de-açúcar, algodão, etc.) e depois aos produtores agropecuários criollos com extensas práticas de manejo pecuário, e hoje, graças ao crescente protagonismo de grupos empresariais ligados ao agronegócio da soja e ao avanço da fronteira agrícola, cujo impacto ambiental no ecossistema do Chaco tem sido brutal em um curto período de tempo. Nesse sentido, segundo o Relatório "Monitoramento Ambiental do Chaco Sul-Americano 2012" elaborado pela Associação Guyra Paraguai sobre desmatamento na região, no mês de julho de 2012 foram desmatados 66.411 hectares, registrando-se na Argentina uma média diária de desmatamento de 715 ha/dia.



Deve-se notar que nos 3 países que compõem o Gran Chaco da América Latina, há um descumprimento das leis nacionais e internacionais que reconhecem os direitos fundiários de seus habitantes contra o avanço das fronteiras agrícolas e agropecuárias (especialmente soja), de empresas florestais e de hidrocarbonetos sobre recursos naturais. Tentam, enfim, contra os modos ancestrais de vida e a sobrevivência das comunidades camponesas e indígenas em seus territórios.

Nesse contexto, as comunidades camponesas e indígenas da região do Chaco argentino tentam permanecer fiéis às economias e modos de vida vinculados à sua identidade cultural. Tanto no caso indígena como no camponês, as comunidades colocam em prática economias diversificadas, com atividades diversas e complementares ligadas às possibilidades e limitações dos territórios, mantendo uma reduzida escala econômica e produtiva como elemento identificador, já que o objetivo primordial é a reprodução é a unidade econômica familiar para atender às necessidades das famílias e comunidades.

Numa perspectiva que vê a economia como aberta, participativa e cooperativa, as economias indígena e camponesa nos ensinam como a economia pode e deve ser o espaço de encontro e interação para indivíduos, famílias e comunidades que se relacionam entre si, fazendo transações e trocas que oscilam entre a utilidade material e valores como solidariedade, redistribuição, cooperação, reciprocidade e ajuda mútua, que atendem às necessidades de todos para a vida e a reprodução social.

No caso dos camponeses estamos, nesse sentido, com mais de 20 fundos rotativos autogerenciados operando com diferentes lógicas econômicas de participação e organização em várias províncias do norte da Argentina (Formosa, Chaco, Corrientes, Santiago del Estero, Santa Fe). Entende-se por Fundo Rotativo (FFRR) uma forma de gestão de recursos desenvolvida pelas organizações que promovem a agricultura familiar na Argentina. Buscando se tornar uma ferramenta de desenvolvimento integral, as experiências dos Fundos Rotativos (FFRR) combinam alguns ou vários aspectos das diferentes alternativas sobre finanças solidárias (microfinanças, finanças cooperativas e finanças éticas). Os Fundos Rotativos funcionam, basicamente, como uma "caixa de recursos" financeira e não financeira administrada pela organização e que "circulam" ou "giram" entre ela e os produtores. Seu uso, tanto na forma de créditos em dinheiro quanto em produtos e suprimentos, se destina ao financiamento de projetos produtivos e no desenvolvimento rural e local. O que é recuperado, sob a forma de quotas em dinheiro ou em produtos, é re-emprestado a outros produtores. A escala no uso desses recursos é local no sentido de que seus receptores compartilham o mesmo sistema produtivo de uma base territorial, ou seja, compartilham a mesma atividade socioeconômica e articulações cotidianas no mesmo espaço geográfico. Esses recursos financeiros são acompanhados por outros recursos não financeiros da organização, como treinamento, assistência técnica e apoio aos produtores. Um dos principais conceitos é que o que é devolvido ao Fundo não fica lá, mas sim que parte é usada para cobrir custos operacionais e outra, chamada "rota", é re-emprestada a outros produtores. Este último faz a componente de solidariedade de um Fundo Rotativo: o seu retorno implica a possibilidade de outros acessarem o recurso. A gestão busca ser participativa, envolvendo aqueles que convivem diariamente com problemas locais e que só podem ser identificados através da participação de seus protagonistas.

Estes Fundos nesta prática específica têm diferentes destinos e formas de aplicação. Em alguns casos, esse financiamento assume a forma de um microcrédito oferecido aos associados ou parceiros, com o objetivo de fortalecer o autoconsumo das famílias, o excedente de produção comercializado no

mercado ou a comercialização por meio de feiras, entre outras finalidades. Em outros casos, o financiamento é direcionado para fortalecer e assegurar bens sociais estratégicos para a sobrevivência da comunidade, como terra segura para produzir e viver, ou água para animais e consumo humano. Por outro lado, às vezes, a poupança assume a forma de bens de capital que são fornecidos às famílias, como animais (cabras, vacas, etc.), replicando as economias sob o mecanismo do parto e da criação, e através de "passe em corrente" da descendência entre as diferentes famílias. Finalmente, em alguns casos, o Fundo apoia diretamente a produção e comercialização dos produtos dos membros, permitindo que o crédito concedido seja devolvido ao Fundo através da entrega parcial ou total da produção como forma de pagamento.

Esses fundos têm grande impacto na manutenção da sustentabilidade ecológica, uma vez que as economias camponesas e indígenas envolvem formas de produção e reprodução de suas condições materiais de existência, a partir de um metabolismo equilibrado com a natureza, que contrasta fortemente com os impactos ambientais de outras atividades econômicas (extrativismo, agricultura industrial, mineração a céu aberto, etc.).

Em contraste, as economias camponesas e indígenas desenvolvem suas economias com plena consciência dos limites biofísicos determinados por seu território e interagindo com ele para satisfazer suas necessidades de vida e reprodução social, sem comprometer as necessidades das futuras gerações, visto que eles são considerados parte desse ecossistema. Em particular, as economias indígenas caracterizam-se por um consumo principalmente endossomático, ligado ao maior peso do fenômeno de apropriação, o mais ecológico dos 5 fenômenos metabólicos (apropriação, transformação, distribuição, consumo e excreção). Dessa forma, a apropriação de recursos não consegue transformar substancialmente a estrutura e a dinâmica dos ecossistemas, em contraste com os graves impactos ambientais das atividades econômicas ligadas ao capital. Portanto, as comunidades camponesas e indígenas estão inseridas harmoniosamente em seu ambiente, não produzem maior impacto do que o estritamente necessário para sua sobrevivência e, acima de tudo, não excedem a capacidade de reprodução de seus recursos.

Nas comunidades camponesas encontramos casos como a União de Pequenos Produtores do Salado Norte, UPPSAN (na província de Santiago del Estero), que gerou seu próprio fundo rotativo de arame para a defesa da terra, que fornece pequenos créditos às famílias pela fiação de perímetro dos lotes, seguindo o critério de prioridade de crédito com base na urgência dos casos, e dando cobertura de solidariedade, não só às famílias membros da organização, mas a qualquer família de a área afetada por uma situação ou ameaça por terceiros que põe em risco sua continuidade em seu lote de terra e, portanto, seu modo de vida. Os mutuários do Fundo fazem esforços para devolver seus empréstimos em tempo hábil, para que os fundos possam girar em direção a novas famílias que precisam de crédito, atitude que reflete a consciência coletiva da importância do território para as famílias camponesas da região. Neste caso, além disso, foram as famílias da organização que definiram, a partir das bases, os acordos, critérios e consensos para a gestão dos recursos de apoio ao crédito econômico para a defesa do território coletivo (critérios de concessão, valores, prazos, taxa de juros), através de um comitê representativo que integra mais de vinte delegados das diferentes comunidades nucleadas da UPPSAN. No que se refere à "água" como outro bem comum administrado coletivamente, as famílias geraram outro fundo rotativo, também de acordo com sua política, metodologia e administração, destinado a pequenas obras de água para consumo humano e animal definidas pela organização como uma prioridade política na área junto com a terra.



Na maioria dos Fundos Rotativos campestres, a própria ideia de criar um fundo, bem como as práticas e acordos que são gerados como resultado mostram uma governança equitativa, inteligente e sustentada por bens comuns e isto também pode acontecer duas vezes. Em um primeiro nível, para a governança dos fundos próprios da comunidade (bens comuns em dinheiro, fundamentalmente) que não são "superexplorados", mas, ao contrário, geridos de maneira equitativa e solidária por seus administradores, por deliberação coletiva para o estabelecimento de acordos sobre o seu destino e uso (geralmente através de um regulamento que define políticas, metodologias, formas de administração), o reembolso de empréstimos por mutuários e a rotação solidária de fundos entre novas famílias. Em um segundo nível, esses Fundos definem a governança de outros bens, que em alguns casos também são comuns, como é o caso da terra e da água mencionados acima.

Cabe ressaltar outro caso interessante, como o do grupo de produtores "3 Colônias" na província de Corrientes (norte do país), em que o estabelecimento da abordagem agroecológica como destino dos empréstimos concedidos pelo fundo rotativo do grupo determina como bem comum o cuidado do ecossistema e da saúde dos produtores e consumidores. Neste caso, essa consciência do bem comum não só é dada pela concessão seletiva de créditos aos produtores que querem iniciar práticas agroecológicas em suas fazendas, mas também se reflete no monitoramento sistemático desses processos por conta dos próprios administradores do Fundo aos seus pares desde a sua criação, fornecendo orientação e assistência técnica e envolvendo-os na certificação participativa de sua produção agroecológica.

Em alguns casos em que a destinação dos recursos não é a defesa e uso de bens comuns (senão recursos individuais como matérias-primas, equipamentos ou insumos produtivos para famílias consideradas individualmente), existem também práticas comunitárias de autogestão participativa similares ao caso anterior, como "monitoramento de pares", através do acompanhamento pelos gestores do fundo do investimento apropriado com base no crédito solicitado, ou o retorno no tempo e forma, a fim de cuidar do recurso escasso (os fundos) e sua administração socialmente responsável para o benefício da comunidade. Esse é o caso do Fundo Rotativo Terrestre e Hídrico da UPPSAN, no qual os "verificadores locais" assumem a tarefa de monitorar o investimento em crédito, como parte de sua responsabilidade no Fundo. No caso do Fundo Rotativo do Sindicato das Organizações da Cunha Florestal de Santa Fe (UOCB), no norte de Santa Fé, os representantes do local assumem a relação direta com os mutuários de sua zona de referência, mantendo um acompanhamento em torno do investimento apoiado pelo crédito e o desempenho no pagamento de suas prestações de crédito.

OBJETIVOS

- Satisfazer as necessidades sociais e econômicas das comunidades indígenas-camponesas que vivem na área do Chaco.
- Estabelecer um esquema de financiamento solidário que permita poupanças e mobilizar recursos não apenas para uma mera acumulação de riqueza, mas para garantir a sustentabilidade de outras formas de vida não tradicionais.
- Promover a sustentabilidade ambiental desta região baseada em práticas econômicas solidárias, resistindo a interesses que promovam o desmatamento e a monocultura.

COSTO/FINANCIAMIENTO

Os fundos rotativos tiveram, ao longo do tempo, diferentes formas de financiamento. A maioria deles vem de organizações internacionais, mas também, em menor medida, das recuperações de outros projetos, subsídios nacionais e provinciais e fundos de ONGs que operam no país.

ESTRATEGIAS/RESULTADOS/IMPACTOS

Os diferentes sistemas de Fundos Rotativos permitem o acesso ao financiamento pelos produtores da agricultura familiar, excluídos hoje dos sistemas formais de crédito. Considerando que a oferta financeira tradicional tem como requisitos, entre outros, garantias reais e situações econômicas e fiscais com as quais os pequenos agricultores são incapazes de lidar, enfatiza-se a importância que adquiriu sistemas Fundos Rotativos implementadas por organizações do setor rural. Ao mesmo tempo, deve-se notar que a questão do financiamento solidário adquire relevância na medida em que o racionamento financeiro, juntamente com o acesso a financiamento em condições desfavoráveis para uma grande parte de nossa população, é uma constante na América Latina, enquanto que o capital financeiro se torna um instrumento fundamental para o padrão de desenvolvimento predominante, que promove um processo significativo de concentração da riqueza.

No entanto, a sustentabilidade dessa prática depende das políticas públicas e do orçamento implementado para o assessoramento técnico dessas finanças solidárias, bem como do cumprimento pelo Estado Nacional e pelos diferentes Estados Provinciais da atual regulamentação sobre as produções da comunidade indígena.

Finalmente, é válido enfatizar que a prática tem um grau de participação absoluta das comunidades envolvidas através da gestão planejada, comunitária e organizada dos recursos econômicos do Fundo.

LIÇÕES APRENDIDAS/PONTOS DE DISCUSSÃO

O Fundo Rotativo tem uma relação iminente com o território onde é implantado, já que nesses lugares os esquemas de solidariedade ativa são estabelecidos com base no exercício de uma democracia local participativa através da gestão planejada, comunitária e organizada dos recursos econômicos. Nesse contexto, os pontos favoráveis são:

- Os Fundos Rotativos conseguem satisfazer as legítimas necessidades humanas das famílias (produção para seu próprio sustento ou para geração de renda através do vínculo com o acesso ao mercado à água, defesa da terra, etc).
- Promoção do exercício da participação, governança e discussão da comunidade sobre o destino e a distribuição dos recursos da comunidade, dentro do quadro de valores da economia social e solidária.



- Estes Fundos também constituem uma forma de rede social territorial, mobilizando recursos e capacidades locais e gerando capital social.

Suas fraquezas estão relacionadas à dependência da execução de subsídios, seja de organizações internacionais ou de algum nível do Estado.

Nesse sentido, as políticas para aprofundar essas práticas estão voltadas para uma macro orientação que permite deter a escalada do desmatamento na região e estimular e normalizar esses tipos de práticas que são um ponto de partida para uma economia mais solidária e justa.

BIBLIOGRAFÍA

https://inta.gob.ar/sites/default/files/script-tmp-inta_cipaf_fondos_rotatorios.pdf

<http://www.argeninta.org.ar/pdf/Libro%20Fondos%20Rotatorios%20parte%20I.pdf>

AUTOR

Aín Mora - Red de Municipios contra el Cambio Climático